

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
VENDAS NOVAS**



**SESSÃO ORDINÁRIA  
DE FEVEREIRO**

**ATA Nº 1/2017**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS****Ata n.º 1/2017**

1. Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, no Auditório Municipal de Vendas Novas, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 5 minutos, tendo estado presentes todos os membros convocados.
2. Foi posta a circular uma folha de presenças para recolha de assinaturas dos membros presentes na sessão.
3. Estiveram presentes os seguintes membros: Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Maria Josefa U. Ramalho de Oliveira, Hugo Miguel Seródio Mendes, Valentino Salgado Cunha, Cátia Alexandra de Sousa Silva, Ana Rita de Oliveira Lança, Rui Manuel Sobral, Paulo Jorge Piteira Campino, Helena Luisa Campos L. Candeias, Maria Luís Arranja Martins de Barros, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim, (PS); José Filipe Godinho Barradas, Ana Sofia Gaspar Azenha, José Manuel Batista Leitão, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Fernandes, Maria do Carmo Serrudo Mareco Marques, Renato Manuel Neves Ropio, João Manuel Ninhos de Sá, Orlando António Neves Dias, (CDU); Pedro José Barbas Martins, Luís Filipe Laranjo Matias (PSD).
4. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Luís Carlos Piteira Dias, a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Carla Arranja Martins de Barros, os Vereadores Elsa Cristina N. dos Santos Caeiro e Joaquim Manuel Marques Soeiro.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

5. No período antes da ordem do dia, a **Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Maria Viegas Henriques**, saudou todos os presentes e questionou os membros da assembleia se tinham alguma alteração à proposta de projeto de ata n.º 5/ 2016, referente à sessão realizada no dia 19 de novembro de 2016.
6. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o mesmo à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, com 23 votos a favor, **aprovar o Projeto de Ata n.º 5/ 2016**, referente à sessão realizada no dia 19 de novembro de 2016.
7. Ainda durante o período antes da ordem do dia, a **Presidente da Assembleia Municipal**, questionou os membros se tinham alguma intervenção a apresentar.
8. O **Membro José Leitão** saúda todos os presentes e apresenta, em nome da Bancada da CDU, a **Moção sobre os Projetos do Diploma do Governo de transferência de competências**. (Anexo 1/17).
9. O **Membro Luís Matias** saúda todos os presentes, referindo que têm sido favoráveis à descentralização de competências, existem dentro do PPD/ PSD muitos militantes favoráveis até à regionalização. No entanto, este assunto já foi referendado duas vezes e consequentemente chumbado. Para se avançar para um processo de regionalização com as áreas administrativas previstas na Constituição da República é, no seu entender, necessário que haja um novo referendo que legitime esta escolha. Desta forma, informa que a bancada do PSD votará contra esta moção.
10. Não havendo mais nenhuma intervenção, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação a **Moção sobre os Projetos do Diploma do Governo de transferência de competências**.
11. **Foi rejeitada, por maioria**, com 14 votos contra (12 do PS e 2 do PSD) e 9 votos a favor (CDU) a **Moção sobre os Projetos do Diploma do Governo de transferência de competências**. (Anexo 1/17)
12. O **Membro Valentino Cunha** saúda todos os presentes e apresenta a seguinte declaração de voto: "O Partido Socialista é obviamente a favor da descentralização de competências, bem como de uma descentralização que seja enquadrada num objetivo de regionalização, com as regiões administrativas, como está previsto na nossa

Constituição. Mas, de todos os preceitos que justificam a moção da CDU, existem alguns com os quais o Partido Socialista não concorda”.

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 1.º Ponto – RELATÓRIO DO 2.º SEMESTRE DE 2016 DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

13. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para que faça a respetiva introdução.
14. O **Presidente da Câmara Municipal, Luís Carlos Piteira Dias**, saúda todos os presentes e começa por dizer que, ao abrigo do Plano de Saneamento Financeiro, e das disposições legais que o enquadram, deve ser presente à Assembleia Municipal, semestralmente, um relatório de análise, com a evolução e acompanhamento ao mesmo, feito pelo Município, com o intuito de dar a conhecer à Assembleia Municipal, aquela que é a evolução da situação em matéria de compromisso com aquilo que foi assumido em 2013, aquando da assinatura deste plano de saneamento financeiro. O referido Plano permitiu a entrada nos cofres da Câmara Municipal do respetivo empréstimo financeiro, que permitiu pagar dois milhões de euros de dívidas muito antigas da Câmara e que, de alguma forma, desequilibravam e punham em causa a consolidação e o cumprimento de diretivas e normas que estavam estabelecidas na lei, em matéria de gestão e de organização financeira.
15. Neste sentido, apresenta-se o relatório do segundo semestre de 2016, que permite verificar que todas as metas do plano foram superadas, quer em termos de receita, quer na despesa, quer quanto ao endividamento.
16. Ao nível da receita, ela ultrapassou inclusive os 100% de execução, se considerarmos a introdução do saldo de gerência. Recorda que de facto, é o primeiro ano em que se consegue ultrapassar os 100% de execução na receita com o saldo, apesar da redução do arrecadamento da receita do IMI, fruto também da decisão política de baixar mais uma vez o IMI para as famílias e que, de facto, ficou abaixo daquela que era a previsão por esse mesmo motivo. Aumentaram também as verbas da Derrama, sendo o maior aumento neste mandato autárquico, fruto da dinâmica económica do Concelho de Vendas Novas.
17. Ao nível da despesa, destaca também o compromisso de redução da despesa nas suas principais rubricas e também aqui há, no seu entender, um cumprimento integral e até a superação daquilo que havia sido compromissado. Nas despesas com pessoal, fala-se da redução de despesas fruto da aposentação de quatro trabalhadores e da mobilidade de um técnico superior da Câmara Municipal de Vendas Novas para a Câmara Municipal de Palmela. A saída destes cinco trabalhadores permitiu uma redução acima daquilo que era esperado e do que estava comprometido no plano de saneamento financeiro. Também revela que foram reduzidas todas as despesas de aquisição de bens e serviços, aqui abaixo 8 %, daquilo que era a meta definida, sobretudo com a redução de despesas correntes e de funcionamento da Autarquia. Destaca-se, também, a redução dos encargos com os juros, fruto da renegociação da dívida.
18. Acrescenta que é importante referir que em 2016 houve a renegociação da dívida com a banca, tendo sido possível reduzir significativamente os juros pagos. Em matéria de equilíbrio orçamental foi cumprida a lei do equilíbrio orçamental, que no fundo diz que a receita corrente bruta tem que ser superior à despesa corrente somada das amortizações de empréstimos. Portanto, também aqui há o cumprimento integral deste patamar, a que se soma uma receita executada superior a 100%, se for considerado o saldo transitado. Se não for considerado, a execução da receita é de 99%, o que é uma margem de manobra muito grande face aos 85% a que a Câmara Municipal está obrigada por lei a atingir.
19. Informa ainda que no final do ano não havia qualquer dívida vencida a fornecedores. Obviamente que existem faturas que chegaram em Janeiro, mas que não estavam na contabilidade da Câmara em Dezembro e que surgem no mapa, mas recorda que no final do ano de 2016, nem um cêntimo ficou por pagar aos fornecedores. Refere que o pagamento a fornecedores é feito a menos de 30 dias, ainda que o prazo médio de pagamento registado pela DGAL seja superior, face ao conceito contabilístico que está na base do mesmo.

d.  
BR

20. Concluiu que a situação é muito estável, ao que acresce a confortável margem de endividamento. A dívida total ficou em quatro milhões de euros, portanto muito abaixo do previsto. Quinhentos mil euros abaixo do que no final do ano de 2015 e setecentos mil euros abaixo daquilo que estava previsto no plano. Ou seja, considera que a Câmara tinha uma folga de cumprimento do plano de setecentos mil euros e de facto, tem vindo a reduzir muito mais a dívida do que aquilo que está no plano. A capacidade de endividamento automaticamente tem vindo também ela a aumentar. A Câmara Municipal de Vendas Novas, à data de 31 de dezembro, tem uma capacidade de endividamento líquida, o que significa que, se precisasse, poderia recorrer a endividamento. Finaliza, afirmando que, mais uma vez, os objetivos do Plano são superados.
21. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 1.º Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado, por **maioria**, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 9 abstenções (CDU), **aprovar o Relatório do 2.º Semestre de 2016 do Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental do Município de Vendas Novas.**

## 2.º Ponto – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

22. A **Presidente da Assembleia Municipal** pede ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução deste ponto que é para tomada de conhecimento.
23. O **Presidente da Câmara Municipal** recorda que todos os anos, no início do ano, é dado conhecimento à Assembleia Municipal da relação dos compromissos plurianuais que a Câmara Municipal tem, nomeadamente com contratos assumidos. Refere que estes compromissos resultam, em grande parte, das principais despesas correntes da Câmara, como o fornecimento de combustíveis, de eletricidade ou de software, e por outro lado dos empréstimos bancários que a Câmara ainda tem de pagar à banca, totalizando cerca de seis milhões até 2025.
24. Neste momento, está já bem abaixo daquele que é o exercício orçamental da Câmara, que anda na ordem dos nove milhões, sem as candidaturas a fundos comunitários e portanto a redução dos compromissos plurianuais aconteceu com a renegociação de alguns contratos, nomeadamente com a EDP foi renegociado em 2014 e baixou bastante o preço do fornecimento de energia elétrica. Também foi lançado novo concurso para aquisição de combustível, para obtenção de preços mais baixos, apesar das flutuações que o crude tem tido nos mercados internacionais. Na área do software, conseguiu-se reduzir em muito a despesa, com a aquisição em bloco pelos 14 municípios da CIMAC.
25. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

## 3.º Ponto – DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO

26. A **Presidente da Assembleia Municipal** pede ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução deste ponto que é para tomada de conhecimento.
27. O **Presidente da Câmara Municipal** relembra que este ponto já é habitual na Assembleia de Fevereiro. Em matéria de compromissos por pagar, informa que o Município não tem. Chegou-se ao final do ano, como é visível pela informação técnica que foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal, com zero euros de pagamentos em atraso a fornecedores, o que se repete pelo segundo ano consecutivo. Esta não era uma bitola da Câmara Municipal, mas, neste momento, começa a ser a regra e esse é o indicador positivo em matéria de compromissos, lembrando que no final do ano de 2016 não havia qualquer fatura vencida por pagar. Quanto aos recebimentos, existe um valor significativo, alguns deles que já datam de 2004, que ascende aos duzentos e setenta mil euros. Esclarece que este já não é o valor atualizado, porque entretanto já houve alguns recebimentos efetivados, nomeadamente referentes a planos de pagamentos da água e mesmo uma verba grande de cerca de 35 mil euros de fundos comunitários. Neste momento, rondará os 200 mil euros que a Câmara Municipal tem a haver, sendo que parte significativa será incobrável. Ainda assim, uma parte significativa está a ser regularizada via planos de pagamento, tendo assim a Câmara uma verba ainda considerável que vai ser arrecadada no curto, médio e longo prazo.
28. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

## 4.º Ponto – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2016 DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VENDAS NOVAS

29. **A Presidente da Assembleia Municipal** pede ao **Presidente da Câmara Municipal** que fizesse a respetiva introdução deste documento, que também é para tomada de conhecimento.
30. O **Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra à Vice-Presidente que tutela esta área, para apresentação do ponto.
31. **A Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Carla Barros**, saúda todos os presentes e começa por dizer que, deste relatório, só quer destacar algumas questões. O mesmo esteve para consulta de todos, de forma que se conheça melhor a atividade da CPCJ.
32. Destaca que muitas das atividades estão ligadas à prevenção de situações de risco infantil. No decorrer do ano de 2016 houve trabalho com 81 processos, sendo que novos processos foram 45, verificando-se no final do ano um total de 40 processos ainda ativos.
33. As medidas de promoção e proteção mais aplicadas foram o apoio junto dos pais, portanto o trabalho com as famílias, sendo o recurso a acolhimento residencial para crianças e jovens a medida menos aplicada.
34. Informa que as entidades sinalizadoras no nosso Concelho são, em primeiro lugar, a Guarda Nacional Republicana de Vendas Novas, depois vizinhos e particulares, seguidos dos estabelecimentos de ensino. O escalão etário que necessita de mais medidas de promoção e proteção são os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos, pois são quem está mais suscetível a situações de violência doméstica, negligências, maus-tratos e absentismo.
35. Concluiu, assim, que esta é a reflexão que o relatório nos transmite, de modo a que todos contribuamos para melhores condições para as crianças do Concelho.
36. O **Membro Luís Matias** recorda que já no ano passado interveio quando o relatório da CPCJ veio à Assembleia Municipal e que não poderia deixar de tomar a palavra, dado ter algumas questões que na sua opinião carecem de ser destacadas. O tipo de situação mais sinalizada é a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança, a violência doméstica e consumo de estupefacientes, num total de 20 processos nesta categoria.
37. Questiona se a Câmara Municipal e as entidades parceiras têm alguma atividade que tente atenuar e combater estes consumos excessivos de estupefacientes ou mesmo de combate ao alcoolismo. Pergunta se existem programas que visem atenuar estas situações para tentar também reduzir este número de processos. Caso não tenha este tipo de programas em marcha, questiona se há interesse em avançar com os mesmos.
38. Refere ainda que considera importante que dos muitos dos casos arquivados ao longo dos anos 2015/ 2016, poucos tenham sido reabertos. Conclui, afirmando que é importante existirem programas de combate a estas adições, bem como sensibilizar a comunidade para estas realidades, porque uma comunidade consciente é o primeiro passo para uma atenuação destes casos.
39. O **Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra à Vice-Presidente para prestar os devidos esclarecimentos.
40. **A Vice-Presidente da Câmara Municipal** referiu que a CPCJ é autónoma e que não pode falar pela entidade. Este é apenas um relatório de atividades que tem de vir ao conhecimento da Assembleia Municipal. Contudo, neste caso e no que diz respeito a comportamentos aditivos, existe uma ação concertada com as unidades de saúde locais. Neste momento há uma consulta pública para este tipo de problemática a funcionar no Centro de Saúde de Vendas Novas, a qual também já foi divulgada nos meios de comunicação do Município e inclusivamente no Notícias Municipais.
41. Pensa que a reflexão que tem de ser feita é de que a Câmara Municipal é um agente e elemento fundamental neste processo, mas a Comissão já trabalha no terreno e com toda a rede social, nomeadamente com as forças de autoridade, com as instituições de ensino e seus representantes. Cabe a todas as entidades, dentro das suas limitações e competências, contribuir no máximo para que estes temas, sobretudo na área da prevenção, possam ser trabalhados, acrescentando que o Município está disponível para trabalhar nesse sentido.
42. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

### 5.º Ponto – NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS PARA O TRIÉNIO 2017-2019

43. A **Presidente da Assembleia Municipal** pede ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução deste ponto.
44. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que o Município, em 2014, já tinha feito uma aquisição deste serviço que é obrigatório por lei. Dado que terminou agora a prestação de serviço e sendo esta obrigatória, a Câmara Municipal já aprovou a mesma, no entanto, a Assembleia Municipal tem de se pronunciar obrigatoriamente. Refere que a proposta que aqui é trazida é de manutenção da mesma empresa por mais três anos, nas mesmas condições financeiras.
45. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 5.º Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado, por **maioria**, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 9 abstenções (CDU), **aprovar a Nomeação de auditor externo do Município de Vendas Novas para o triénio 2017-2019.**

### 6.º Ponto - INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL

46. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos, dando, uma vez mais, a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para que fizesse a respetiva introdução.
47. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que continua a fazer a mesma leitura da grelha de dívidas a fornecedores, também aqui uma matéria claramente de transparência municipal que tem vindo a trazer para este órgão que merece todo o respeito. A 31 de dezembro estão registadas as dívidas dessa matriz, com os acordos de pagamento com as Águas Públicas do Alentejo a assumir a maior fatia do valor ainda a pagar, correspondente a 416 mil euros do total de 726 mil euros.
48. Refere que os restantes compromissos são todos inferiores a 30 dias, pelo motivo explicado anteriormente, o Município a 31 de dezembro tinha liquidado todas as faturas, mas em janeiro foram registadas novas despesas correntes resultantes da entrada de faturas da EDP na ordem dos 190.000 euros que são as que aparecem por pagar. Contudo, até à data desta reunião já teriam sido liquidadas, cumprindo aquilo que é o disposto legal, e comparativamente à última Assembleia o número de faturas é infimamente mais pequeno.
49. Em relação às atividades em matéria de investimentos nos últimos dois meses, sobre os quais versa a informação da atividade municipal apresentada, informa que estão concluídas as obras dos campos de ténis e padel do Parque Desportivo Municipal, num investimento superior a 100 mil euros o qual já se encontra liquidado e já se encontra ao serviço da população. Ressalva que o mesmo foi pago inteiramente com o orçamento do Município, sem recurso a financiamento comunitário.
50. Informa que se procedeu à pavimentação de algumas ruas, quer em Vendas Novas, quer na Landeira e que foram realizadas as obras do jardim do Bairro 1º de Maio, designadamente, arranjos exteriores e o novo estacionamento para os moradores do Bairro, previstas no Orçamento Participativo do ano anterior.
51. Destaca ainda que também já se encontra concluída a obra de requalificação da Entrada Nascente de Vendas Novas, tendo sido inaugurado recentemente o Monumento à Artilharia, intervenção realizada com recurso a fundos comunitários, numa candidatura no valor de cerca de 30 mil euros, que permitiu requalificar a rotunda, que estava inoperacional há bastante tempo e representava elevados encargos de manutenção, e aproveitando para homenagear uma das nossas grandes matrizes, uma marca do ADN coletivo enquanto povo, além de melhorar a iluminação pública da entrada nascente de Vendas Novas, um problema grave desde há vários anos e alvo de reclamações dos moradores da Rua São João de Deus, os quais podem agora beneficiar de tecnologia de ponta, com iluminação led. Acrescenta que a requalificação da Entrada Nascente de Vendas Novas passou também pelo arranjo dos jardins com a plantação de cerca de novas 18 árvores ao longo desse corredor. Sublinha que de um investimento de 30 mil euros, o custo para os cofres da Câmara Municipal representou apenas 15% do total, ou seja, não chegou a cinco mil euros.

52. Informa ainda, que em matéria de investimentos, arrancaram já as obras na Rua Carlos Pacheco e Rua do Bocage, também projetos do Orçamento Participativo do ano anterior, as quais se prevê que dentro de um mês e meio estejam concluídas, dando nota de que é mais uma importante obra que criará um corredor alternativo ao acesso à cidade, nomeadamente às suas zonas limítrofes do Concelho, quer seja à zona da Misericórdia ou mesma à Afeiteira.
53. Para além do que já referiu, destaca também as obras do Fórum Cultural, requalificação do antigo mercado, resultado de uma candidatura a fundos comunitários no valor superior a 700 mil euros, financiada em 85%. Presentemente pensa estarem já terminados os trabalhos de demolições, os quais se revelaram uma operação morosa pela presença de amianto que, como é do conhecimento dos presentes, exigiu pareceres da ACT, acompanhamentos técnicos das equipas especializadas.
54. Informa, ainda em matéria de investimento, que foi aprovada recentemente a candidatura feita pelos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, com o apoio da Câmara Municipal, para a construção do novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, num investimento que rondará os 700 mil euros, com comparticipação garantida pelo quadro comunitário.
55. No que diz respeito às atividades culturais desenvolvidas durante os meses de dezembro e janeiro, informa que as mesmas foram marcadas pela época natalícia e pela passagem de ano, destacando-se os madeiros de natal, agora além de em Vendas Novas, também na Landeira, a iluminação natalícia, este ano promovida em conjunto com a Junta de Freguesia de Vendas Novas que investiu na colocação da árvore de natal na Parada Militar D. Pedro V, e o fogo-de-artifício na festa de passagem de ano novo, relativamente ao qual ressaltou que, embora em anos anteriores tenha sido crítico, afirmando que a Câmara gastava dinheiro que não tinha em fogo-de-artifício, referiu que porque pretende ser coerente, informando que além do Município estar bem financeiramente, podendo comprar fogo-de-artifício, o mesmo apenas custou 500 euros, já contando com as licenças obrigatórias.
56. Das atividades desenvolvidas na área desportiva, destaca-se a receção, pela primeira vez no Município, do “Corta-Mato Regional do Desporto Escolar”, iniciativa promovida pelo Desporto Escolar Regional do Alentejo e pelo Desporto Escolar Nacional, em conjunto com a Câmara Municipal de Vendas Novas e com o Regimento de Artilharia, e que permitiu ter em Vendas Novas mais de mil jovens de todo o Alentejo e da zona da Lezíria, a disputar uma fase final do corta-mato.
57. Informa que Vendas Novas irá receber uma fase nacional do Corta-mato do Desporto Escolar no ano 2018, fruto da boa organização demonstrada, a que se vai somar o corta-mato oficial da Federação Portuguesa de Atletismo com os grandes clubes nacionais de atletismo a deslocarem-se a Vendas Novas. Informou ainda que não está garantido ainda o corta-mato militar, por uma questão de agenda.
58. Para finalizar, no respeitante a matéria económica do Município, informa que foi finalmente registado e lançado a concurso os primeiros espaços da “Start-Up Alentejo”, o viveiro de empresas do Concelho de Vendas Novas. Destaca que este equipamento tem até ao momento uma ocupação de 75% dos espaços físicos e 50% do espaço de Cowork o que se traduz em onze novas empresas em Vendas Novas. Destas, cinco são virtuais, isto é, os empresários não precisam de espaço físico, apenas registam as sedes em Vendas Novas. Existem ainda três espaços de cowork e os restantes três espaços físicos. Refere que esta ocupação demonstra a dinâmica económica do Concelho, com 11 novas empresas a pagar impostos e a investir em Vendas Novas, sendo alguns desses jovens originários do Concelho, o que aponta que o caminho que o executivo está a seguir nesta matéria é o correto. Acrescenta que a elevada procura da “Start-Up Alentejo” de Vendas Novas obrigará à abertura de uma segunda fase de expansão da mesma. Refere que de momento as candidaturas continuam abertas até ser esgotado o espaço disponível o que, prevê, possa vir a acontecer a curto prazo, face ao elevado número de candidaturas efetuadas apenas no mês de janeiro.
59. O **Membro Maria João Luz** afirma que pretende questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal, em relação ao estádio municipal, especificamente à relva do mesmo, a qual refere, foi informada, não estar em condições e, apesar de não ter estado nas imediações do mesmo, questiona também a falta de lâmpadas.

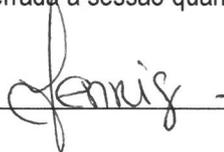
60. Questiona ainda se é do seu conhecimento, e quais as medidas tomadas para resolução do problema da poluição noturna que se verifica em alguns dias em Vendas Novas, explicando que o ar fica irrespirável e com uma neblina muito grande que inclusive suja os carros.
61. Afirma estar de acordo com os campos de padel, embora questione sobre qual será a taxa de ocupação e se perspetiva a criação de uma estrutura para acolher as pessoas que utilizavam o espaço antes de o mesmo ser transformado em campos de padel.
62. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que em relação à questão da relva do Estádio Municipal é do seu conhecimento e já terá sido iniciado o procedimento de contratação de serviços para proceder à sua manutenção, como é normal fazer-se nesta época do ano.
63. Afirma que é uma questão importante, porque sendo Vendas Novas uma cidade profundamente ligada ao desporto, temos que pensar que as infraestruturas disponíveis já não são recentes e necessitam cada vez mais de manutenção, o que se reflete no crescimento sistemático da despesa com a mesma. De facto, a relva do estádio, sendo relva natural está sujeita a um desgaste superior ao de um relvado sintético e em especial as baixas temperaturas, a chuva em abundância, como as que se fizeram sentir nos meses de dezembro e janeiro, condicionaram o crescimento natural do relvado e proporcionaram o desenvolvimento de uma erva infestante que mata a relva. Com vista à reposição da saúde do relvado, logo que o tempo seja mais soalheiro, irá proceder-se à escarificação do relvado que promove o seu arejamento.
64. Referiu que, além disso, está prevista para fevereiro a substituição da areia que criou a designada “nata química” que é uma nata que não deixa a água evaporar e, portanto vai apodrecendo a raiz da relva.
65. Informa que relativamente à questão da iluminação do Estádio Municipal, esta é uma situação que já estava sinalizada, tratar-se-ia de dois focos que se fundiram das torres de iluminação. Para a sua reparação estão já a ser solicitados orçamentos, uma vez que a Câmara Municipal não dispõe de meios técnicos para tratar da sua reparação.
66. Sobre a questão da poluição atmosférica considera não ser o caso. De facto foi recebido na Câmara Municipal, durante o mês de janeiro do ano corrente, como também já havia sido rececionado no ano transato, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) um comunicado sobre as areias arábicas, que no fundo são correntes de ar quente que vêm do Norte de África e que transportam areias que densificam a atmosfera e que de alguma forma, durante o período de fim de tarde e noite, caem sob a forma de uma areia muito fina. Acrescenta que tal fenómeno se verifica todos os anos, na mesma altura, e como referido no mencionado comunicado sem danos para a saúde pública. Pensa já teria terminado no dia anterior, embora sobre tal matéria não tenha a Câmara Municipal qualquer poder.
67. Em relação aos campos de padel, destaca que a taxa de ocupação superou as previsões para o mês de janeiro e informa que por decisão do Executivo Municipal e da Câmara Municipal manteve-se a sua utilização gratuita durante os meses de janeiro e fevereiro, para o incentivo da prática, e o resultado foi a lotação praticamente total dos campos, inclusive aos fins-de-semana, com exceção do período das 21:00 às 22:30, devido ao frio.
68. Refere que o passo seguinte será levar à próxima Reunião de Câmara, um ponto relativo à incorporação de taxas para a utilização dos campos e nessa altura será avaliada a sua aceitação, porém, salvaguarda não ser matéria ainda a ser discutida com a Assembleia Municipal, porque a mesma ainda não foi aprovada pela Câmara Municipal.
69. Relativamente ao jogo da malha que ali era praticado, a Câmara Municipal vai manter aquela zona como zona referência, nomeadamente no 25 de abril e nas festas do Concelho para a realização de torneios. Acrescenta que o campo de futebol de 7 está preparado para acolher quem queira jogar à malha. Contudo, ao lado dos campos de padel existe um corredor que dará para cerca de 10 pares de jogadores continuarem a jogar à malha.
70. O **Membro Maria João Luz** refere não querer entrar em diálogo com o senhor Presidente, querendo apenas dizer que a poluição a que se refere tem cheiro, não se tratando na sua opinião, apenas de areias, sobretudo à noite por volta das onze horas, onze e meia, para o que convida a sua atenção ao caso.

71. Explicita que, no que se refere ao assunto da malha, o aspeto que pretendia focar seria que ela própria enquanto utilizadora daquele espaço se sente lesada e, por isso é que perguntava se o senhor presidente teria pensado em algum espaço, ou se o Executivo Municipal o pretendia criar para as pessoas que utilizavam os campos para a prática de diversas atividades, como andar de patins, andar de trotinete ou jogar à bola com o neto, como era o seu caso pessoal.
72. O **Presidente da Câmara Municipal** refere agora perceber que a membro Maria João Luz se referia ao Polidesportivo que a Câmara Municipal requalificou e onde colocou um piso novo. Contudo, para a prática das atividades referidas, a Câmara Municipal dispõe de um excelente espaço público de livre acesso, muito utilizado, localizado junto às casas de banho no jardim público, onde poderá continuar a fazer essas práticas, talvez não tão perto de casa, mas pelo menos em Vendas Novas e numa zona de excelência como é o jardim público, que sugere como alternativa.
73. Em relação à poluição atmosférica, afirma ainda não ter dado conta de nada atípico ou fora do normal, embora possa vir a averiguar, além de que não sabe até que ponto a Câmara Municipal terá competências para intervir nessa matéria.
74. O **Membro Valentino Cunha** refere que pretende apenas comentar relativamente ao ponto da atividade municipal, que a dívida a fornecedores apresentada é mais um exemplo do trabalho que se tem feito e daquilo que é a gestão cuidada que o Município e esta gestão municipal têm feito das finanças locais, situação que entra um pouco em contraponto com aquilo que tinham vindo a ser habituados na última gestão da CDU. Embora note que não está presente o antigo presidente para se defender, frisa que a dívida durante os últimos doze anos da CDU, aumentou mais 200 por cento, e todos estes documentos exibidos na presente sessão, bem como o de acompanhamento à evolução de saneamento financeiro do Município, são demonstrativos disso mesmo, sem o município deixar de investir, de modo que não fica surpreendido por a CDU não ter comentado o primeiro ponto, nem ter feito qualquer tipo de crítica.
75. A **Presidente da Assembleia Municipal** interrompe e chama a atenção ao Membro Valentino Cunha, para o facto de que o ponto a ser tratado é referente à atividade municipal e não deve referir-se aos pontos anteriores.
76. O **Membro Valentino Cunha** alega estar apenas a fazer um pequeno enquadramento ao que pretende dizer, isto é que a CDU não comentou nenhum ponto como também até agora não tem comentado a atividade municipal sobre as questões da dívida do Município e da avaliação das contas do Município, e percebe-se, porquê, porque se provavelmente comentasse as questões financeiras do Município teria de dizer bem, portanto, em resumo, termina a dizer que a oposição que existente no Município é um pouco como a oposição ao governo, que está perdida e não tem argumentos.
77. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece as palavras da intervenção do Membro Valentino Cunha e assegura que tem sido uma preocupação de todo o Executivo Municipal a evolução das contas públicas no sentido da contenção da dívida a fornecedores, sendo que, ao fim de quase quatro anos, o Município tem uma situação financeira amplamente diferente daquela que encontrou, não só pela capacidade que a Câmara Municipal tem neste momento para assumir os compromissos considerados indispensáveis ao funcionamento da Câmara Municipal, aos serviços e às populações, mas para fazer os investimentos considerados estratégicos.
78. Refere querer apenas acrescentar, sem pretender ser maçador ou repetitivo, um outro indicador que não é abordado normalmente nas Assembleias Municipais e que tem a ver com a tesouraria, pois aquando do início do mandato, a Câmara Municipal tinha dificuldades de tesouraria, tendo neste momento um milhão e meio de euros, ou seja, neste momento a Câmara Municipal tem capacidade de assumir compromissos, fazer investimentos e pagar esses investimentos, o que é de facto uma situação claramente distinta daquela que foi encontrada, fruto do esforço não só do Executivo, mas também de todos os técnicos da Câmara Municipal.

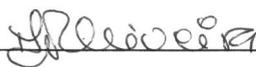
## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- 
79. Neste período não se registou qualquer intervenção do público presente na sessão.
80. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 22 horas e 45 minutos, do dia 24 de fevereiro de 2017.

A Presidente da Assembleia: \_\_\_\_\_



O 1.º Secretário: \_\_\_\_\_



# Anexos

**Moção sobre os**  
**Projectos de Diplomas do Governo de Transferência de Competências**

A descentralização administrativa, conforme a Constituição da República Portuguesa tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspectos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias.

A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) acções, serviços ou investimentos é mera desconcentração - só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir.

A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local.

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direcção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

Objectivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local.

Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.

A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas Comunidades Intermunicipais ou qualquer outra solução inter-municipal,

constitui um obstáculo a uma efectiva descentralização que é urgente resolver.

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multi-municipais. Exigem ainda a reposição das freguesias.

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Face aos projectos de diplomas do governo agora concluídos sobre transferência de competências e sobre a orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, a Assembleia Municipal de Vendas Novas reunida a 24 de Fevereiro de 2017 delibera:

1. Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.
2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto factor indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios.
3. Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana.
4. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.

A bancada da CDU, 24 de Fevereiro de 2017